

## Memória e Retórica: Mouros e Negros na “Crônica de Guiné” (Século XV)

Jerry Santos Guimarães<sup>1</sup>

### Introdução – Retórica, História e Memória em Portugal no Século XV

O Quatrocentos lusitano foi um período especialmente fértil tanto para a produção retórica quanto para a prática da escrita da história. Embora ambas já fossem cultivadas na Península Ibérica em tempos anteriores, especialmente nos mosteiros, foi somente a partir do século XV que elas foram institucionalizadas. A partir de então, o Estado se apropriou da retórica e da história enquanto meios oficiais de legitimação e perpetuação de sua memória.

O ensino das Artes na Universidade de Lisboa funcionou por muito tempo incompleto. A retórica só foi incluída no século XV (SOUSA, 1997: 449). Vários príncipes da Dinastia de Avis sentiram a necessidade do ensino da retórica em seu país. O Infante D. Henrique (1394-1460), que à maneira de outros membros da família real foi protetor e governador da Universidade, deixou em testamento uma verba específica para a cadeira de retórica. (FERNANDES, 1972: 18). O Infante D. Pedro (1392-1449) traduziu o *De Officiis*, de Cícero, e conhecia o *Liber Declamationum* de Sêneca-o-Retor. D. Duarte (1391-1438) encomendou a tradução para o vernáculo do *De Inventione*, de Cícero (FERNANDES, 1993: 575). Seu filho e sucessor, o rei D. Afonso V (1432-1481), escreveu uma carta ao cronista Gomes Eanes de Zurara (1410?-1474?), elogiando-o por ser “bem insinado na arte oratorya” (*apud* GOMES, 1993: 688).

No que diz respeito à história, antes do Quatrocentos já eram produzidas em Portugal crônicas, livros de linhagens, hagiografias e memórias de fundação de mosteiros (FRANÇA, 2006: 99). Mas a “produção historiográfica de iniciativa régia” só começou mesmo com a *Crônica de 1419*, de provável autoria de Fernão Lopes (1379?-1459?), encomendada por D. Duarte quando ainda era infante (KRUS, 1993: 186). Já rei, D. Duarte, no seu *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, recomendou a senhores e cavaleiros a leitura de crônicas por conta dos “grandes e boos exempros e sabedorias que muyto prestam (...) aos tempos da necessarydade” (*apud* FRANÇA, 2006:

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em “Memória: Linguagem e Sociedade”, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista – BA. E-mail: [jerryguima@gmail.com](mailto:jerryguima@gmail.com).

100). E D. Afonso V elogiou mais uma vez seu cronista oficial, Zurara, desta feita por seu trabalho como ordenador da história oficial na *Crônica da Tomada de Ceuta*.

Não podemos cometer o anacronismo de pensar que os cronistas do século XV tinham uma concepção de história semelhante à nossa – ou às nossas. Devemos nos perguntar, em primeiro lugar, como aqueles pensadores do Medievo compreendiam a história e o ofício do historiador e, mais ainda, em que *gênero* o autor situava sua narrativa. Para tanto, consultemos a fortuna bibliográfica disponível ao cronista quatrocentista ibérico, com destaque para as obras latinas *Da Invenção*, de Cícero, e a *Retórica a Herênio*, de autoria desconhecida, mas até então atribuída também a Cícero (FARIA & SEABRA, 2005: 12).

A *história* faria parte de um terceiro gênero da narrativa que se centra especialmente nas ações, ou nos feitos. Enquanto a *fábula*, ou *relato legendário*, ocupa-se de ações que não são nem verdadeiras, nem verossímeis, e o *argumento*, ou *ficção*, do que não aconteceu, mas poderia ter acontecido, a *história* “são as ações realmente empreendidas” (*Retórica a Herênio*, I, 12-13; *La Invención Retórica* I, 19, 27). Ou, segundo Cícero nos diz no *De Oratore* (II, 62): “Pois, quem desconhece ser a primeira lei da história não ousar não dizer algo de falso? Em seguida, que não se ouse não dizer algo de verdadeiro?” (*apud* AMBRÓSIO, 2005: 38). Parece ser esta mesma a citação que faz de Cícero o cronista Zurara no capítulo XXVII de sua *Crônica de Guiné*:

*Feia cousa seria, prosseguindo nossa historia, se não escrevessemos assim as desaventuras da nossa gente como seus bons aquecimentos, que diz Tulio em seus livros, que entre os grandes cargos do historiador, principalmente deve ser lembrado de escrever a verdade, e que escrevendo a verdade não mingué dela nenhuma cousa (1973: 129).*

E eis que chegamos à discussão da aporia própria da história, qual seja, “a verdade do que houve” (LIMA, 2006: 21). Tal aporia, conforme demonstrou Luiz Costa Lima (2006: 64), vem desde Heródoto e Tucídides e, segundo vimos acima, continua entre os autores latinos, uma das bases principais dos cronistas portugueses do século XV.

Não haveria aqui uma contradição, já que a retórica, ainda segundo Cícero, deveria se preocupar em criar “imagens comoventes, que provocassem emoções fortes no espírito do leitor, unidade narrativa, perfeição, continuidade, simetria, a escolha harmoniosa do prólogo e da conclusão”? (*apud* AMBRÓSIO, 2005: 39). Não, pois da história enquanto gênero literário na Roma Antiga requeria-se a *verossimilhança*, e o

uso da arte retórica deveria trabalhar neste sentido, qual seja: produzir nos leitores o efeito de verossimilhança sobre o que é narrado. Afinal, não basta que o discurso *seja* verdadeiro; ele deve também *parecer* verdadeiro, e esse é o papel da retórica. Em vez de excludentes e opostas, história e retórica eram consideradas, portanto, complementares e indissociáveis.

Uma vez evidenciada a importância da verdade como aporia histórica para Zurara, bem como o uso da retórica para conferir verossimilhança ao que se toma como verdade, cabe perguntar: quem tem o poder de decidir que feitos são dignos de ser lembrados ou esquecidos? Em Portugal, no século XV, ninguém menos que o Estado. A própria escolha de Zurara como cronista, em 1450, e sua posterior nomeação como cronista-mor do reino, quatro anos depois, fez parte de uma sistemática operação engendrada por D. Afonso V para apagar a boa memória que se tivesse de seu tio, D. Pedro, especialmente no que se refere ao período de sua regência (BRAGANÇA, 1973: XXXIX).

Ao tratar dos usos e abusos da memória, Paul Ricoeur (2007: 93-99) nos fala de um tipo de abuso no nível prático, qual seja, o da memória manipulada pelos detentores do poder. Ricoeur nos alerta para o fato de que manipular a memória é também manipular o esquecimento. E nos diz mais:

*O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam, conhecemos alguns sintomas inquietantes: excesso de memória, em tal região do mundo, portanto, abuso de memória – insuficiência de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento. Pois bem, é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa da fragilidade da memória assim manipulada (RICOEUR, 2007: 94, grifos dele).*

A questão da memória manipulada é, pois, uma questão de identidade, segundo Ricoeur: “O problema é assim afastado em mais um grau, da fragilidade da memória à da identidade” (RICOEUR, 2007: 94). A identidade é frágil primeiramente devido à sua relação difícil com o tempo: é possível a permanência do idêntico a si no decorrer do tempo? A segunda causa da fragilidade da identidade “é o confronto com outrem, percebido como uma ameaça. É um fato que o outro, por ser outro, passa a ser percebido como um perigo para a identidade própria, tanto a do nós como a do eu” (RICOEUR, 2007: 94). E a terceira e última causa da fragilidade da identidade é a

violência fundadora que dá origem aos Estados: “Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro” (RICOEUR, 2007: 95).

Desta forma, o Estado que proclama e reclama determinada identidade o faz através da manipulação da memória e do esquecimento, conforme Paul Ricoeur. E a incorporação da memória à constituição da identidade é feita através da função narrativa. A configuração narrativa modela as identidades dos protagonistas e dá os contornos da ação:

*É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração. (...) Contudo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação, como vimos, não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e de intimidação. (RICOEUR, 2007: 98; grifo nosso).*

É interessante lembrar, com Miriam Cabral Coser (2007), que os dois primeiros cronistas da Dinastia de Avis, a saber, Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, preocupavam-se com a produção de um projeto de memória como subsídio da formação de uma identidade nacional portuguesa. Além disso, estavam cientes do seu papel enquanto cronistas para o sucesso de tal projeto. Lopes buscou, através de suas crônicas, dar continuidade ao passado comum do reino português, mas sem deixar de realçar as singularidades da nova dinastia que chegava ao poder. Zurara, por seu turno, centrou-se nos ideais e feitos cavaleirescos dos príncipes de Avis e de seus vassallos importantes no continente africano diante de infiéis e bárbaros.

*Entretanto, no que pese as diferenças entre Fernão Lopes e Zurara, é possível perceber uma permanência no sentido de um projeto de produção da memória do reino português e da consciência por parte de ambos os cronistas da importância da produção desta memória e da função do cronista como divulgador de modelos a serem seguidos (COSER, 2007: 725).*

A história conforme praticada no Medievo era ainda uma história-memória porque tinha no ideal de nação um sujeito coletivo, segundo Pierre Nora. A história oficial do Estado, além de assumir a tradição coletiva da nação, era um “meio de memória por excelência” (NORA, 1993: 10). Manipulando de tal forma a memória coletiva, e

tencionando provocar uma amnésia coletiva quando lhe aprovesse, o Estado medieval agia como senhor da memória e do esquecimento. (LE GOFF, 2003: 421-422).

Em assim sendo, sem perder de vista as relações intrínsecas entre retórica, memória e história em Portugal no século XV, bem como as motivações políticas que levaram o rei D. Afonso V a confiar a Zurara a ordenação oficial da história da descoberta e dos feitos portugueses na Guiné, pretendemos realçar a representação que o cronista faz tanto da África conhecida até então, quanto de seus habitantes.

### ***A Crônica de Guiné***

Com o objetivo de obter autorização papal para a guerra no norte da África como cruzada e justificar a escravização de infiéis, D. Afonso V encomendou a Gomes Eanes de Zurara, de “ideologia feudalizante” e afeito ao espírito cavalheiresco, a *Crônica da Tomada de Ceuta*, também conhecida como a *Terceira Parte da Crônica de D. João I*, datada de 1450 (SARAIVA & LOPES, 1985: 139-141). Assim, por relatar o sucesso dos portugueses cristãos contra os muçulmanos marroquinos em 1415, foi conseguida a bula *Dum Diversus*, em 1452, que concedia aos lusitanos plenos direitos de conquista no norte africano.

A *Crônica de Guiné* foi escrita especialmente para a obtenção de uma nova bula papal que ampliasse os direitos portugueses sobre o “Mar Oceano”. Ao narrar as descobertas portuguesas, que entre 1434 e 1448 já haviam ultrapassado o Cabo Bojador e chegado à Guiné, ou “terra dos Negros”, D. Afonso V requeria do papa Nicolau V (1397-1455) o reconhecimento das terras que os portugueses já haviam encontrado na costa africana. A data oficial da *Crônica de Guiné* é de 1453. A nova bula, a *Romanus Pontifex*, veio em janeiro de 1455, e concedia a Portugal a posse de todas as terras descobertas ou por descobrir ao sul do Cabo Bojador<sup>2</sup>.

Em assim sendo, podemos afirmar que não era objetivo principal nem da Coroa Portuguesa nem do cronista Zurara discorrer sobre os africanos e suas terras. Entretanto,

---

<sup>2</sup> Segundo José de Bragança (1973: LXXIX), a *Crônica de Guiné* apresentada em Roma fora feita às pressas para a obtenção da bula *Romanus Pontifex*, e muito se aproxima da versão encontrada no manuscrito de Valentim Fernandes. O códice achado pelo Visconde da Carreira na Biblioteca de Paris, em 1837, e impresso sob os cuidados do Visconde de Santarém, em 1841, seria uma versão ampliada e “melhorada” da mesma crônica. Nosso estudo tem por base o códice de Paris, que “não é a primeira redação da Crônica, mas uma cópia nem sempre fiel de um original perdido, com interpolações várias, posteriores a 1453” (BRAGANÇA, 1973: LXXXIV).

através do contraste com os protagonistas (os portugueses), poderemos observar com que tintas tais personagens secundários (mouros e negros) foram pintados na *Crônica de Guiné*. Sabendo que a produção historiográfica do período em questão era retoricamente regrada, recorramos a uma das retóricas conhecidas do nosso cronista, *Da Invenção*, de Cícero, sobre este ponto.

### **Lugares-Comuns**

Segundo Cícero, o discurso é composto de seis partes: exórdio, narração, divisão, demonstração, refutação e conclusão<sup>3</sup>. Em todas elas o autor busca obter a credibilidade do seu público ou auditório. (I, 20). Na demonstração isso é especialmente feito através do uso de argumentos. Toda afirmação deve ser provada na argumentação baseada nos *atributos das pessoas* ou nos *atributos dos fatos* que aparecem no discurso (I, 34).

Os atributos das pessoas que devem ser observados na demonstração são os seguintes: “*el nombre, la naturaleza, la clase de vida, la condición, la manera de ser, los sentimientos, la afición, la intención, la conducta, los accidentes y las palabras*” (I, 34). Dentre tais atributos pessoais, a *natureza* comporta os seguintes lugares-comuns: sexo (homem ou mulher), raça (cidadão ou estrangeiro), pátria (ateniense ou espartano), família (antepassados, parentes) e idade (criança, adolescente, adulto ou ancião). E mais:

*Además se examinan las cualidades o los defectos naturales de la mente y del cuerpo, por ejemplo: fuerte o débil, alto o bajo, bien parecido o feo, ágil o lento, inteligente o torpe, com buena memoria u olvidadizo, cortés o maleducado, reservado o lo contrario. De manera general se tendrá en consideración todas las cualidades espirituales y corporales que le haya concedido la naturaleza (I, 35).*

Já com respeito à demonstração cujos argumentos incidem nos *atributos dos fatos*, temos: aqueles que são *intrínsecos* à ação, ou seja, à principal ação narrada; outros que estão em conexão com as *circunstâncias* que acompanham a ação, dentre os quais destacamos aqui o *lugar*; outros são *acessórios* à ação, e envolvem principalmente termos de comparação com a ação principal (*maior, menor, igual, semelhante, oposto,*

---

<sup>3</sup> Na *Retórica a Herênio* (I, 4) encontramos a mesma divisão, devendo-se observar apenas que neste tratado a demonstração é chamada de confirmação.

*contrário, gênero e resultado*); e, por fim, há aqueles atributos que são *consequência* da ação (I, 37).

Neste trabalho nos limitaremos ao *atributo pessoal natureza*, já que este contempla tanto a pessoa em si em seus múltiplos aspectos quanto sua procedência, sua “terra”. E em relação à demonstração baseada nos *atributos dos fatos* realçaremos, sobretudo, a *circunstância de lugar* e os *atributos acessórios*, já que estes dizem respeito ao contraste entre os atores principais (portugueses), *intrínsecos* à ação, e os personagens secundários, ou *acessórios*, os mouros e negros.

### **“Terra dos Mouros” e “Terra dos Negros”**

Segundo Simon Schama, natureza e percepção são dois campos indissociáveis. A paisagem natural é “obra da mente”, e é composta “tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (SCHAMA, 1996: 16 e 17).

Faz-se necessário de início dizer que Zurara *não conheceu pessoalmente as terras que descreve*. Embora tenha se deslocado para a África, a fim de “haver conhecimento per vista daquelas comarcas” (*apud* GOMES, 1993: 688) ele limitou-se a visitar especialmente Ceuta, já então tomada e administrada pelos portugueses. As terras ao sul do Cabo Bojador, que até 1434 não havia sido ultrapassado por nenhum navegador português, e após o qual continuava a “terra dos Mouros” e começava a “terra dos Negros”, os olhos de Zurara não alcançaram. O que ele tem a nos dizer sobre tais terras e seus habitantes é de ouvir falar, tanto pela boca dos capitães e marujos quanto pela boca dos escravos mouros e negros oriundos daquelas terras e que viviam em Portugal.

Assim, as lembranças que Zurara utiliza para construir distintas paisagens da natureza em seu relato não são exclusivamente suas, mas também de outros. Isto não chega a ser problemático, uma vez que, conforme Maurice Halbwachs, “nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros” (2006: 29). A memória é sempre coletiva. E o fato de fazermos parte do mesmo grupo das testemunhas de um evento, partilharmos pensamentos em comum sobre certos aspectos e permanecermos em contato com o dito grupo, de tal maneira que nos identifiquemos com ele, faz “confundir o nosso passado com o dele” (HALBWACHS, 2006: 33). Portanto, partilhando da mesma memória coletiva que seus depoentes, Zurara lembrava-se juntamente com eles, e podemos dizer que tais lembranças eram *também*

dele. Lembranças essas que serão trabalhadas retoricamente para se tornarem ainda mais verossímeis.

Ainda sobre este assunto, Paul Ricoeur nos lembra que o testemunho faz parte do processo historiográfico e está intimamente ligado à memória. É a partir dele, do testemunho, também chamado de “memória declarada”, que se produzem os documentos e arquivos de que se valerá o historiador para a produção de seu discurso. Para tanto, o testemunho precisa ser certificado por alguém como verdadeiro:

*A autenticação do testemunho só será completa após a resposta em eco daquele que recebe o testemunho e o aceita; o testemunho, a partir desse instante, está não apenas autenticado, ele está acreditado. É o credenciamento, enquanto processo em curso, que abre a alternativa da qual partimos entre a confiança e a suspeita (RICOEUR, 2007: 173).*

Ora, quem senão Zurara, que além de cronista-mor era também guarda-mor dos documentos oficiais da Torre do Tombo, teria a atribuição e o poder de certificar quais testemunhos eram legítimos ou não? Assim, ao acreditar nos testemunhos que ouvia, certamente procedendo a uma seleção dos mesmos, Zurara tanto lembrava conjuntamente quanto produzia os documentos dos quais ele mesmo se serviria no seu labor historiográfico. A memória é, assim, matriz da história produzida pelo cronista.

Várias expedições a partir de 1434 visitaram a “terra dos Mouros”, onde obtinham escravos. Com o intuito de ir diretamente à “terra dos Negros” apresentou-se diante do Infante D. Henrique o nobre Dinis Dias:

*...o qual partido por sua companhia, nunca quis amainar, até que passou a terra dos Mouros, e chegou á terra dos negros que são chamados Guineus. E como quer que nós já nomeassemos algumas vezes em esta historia Guiné, por a outra terra em que os primeiros foram, escrevemo-lo assim em comum, mas não porque a terra seja toda uma, que grande diferença tem umas terras das outras, e mui afastadas são, segundo departiremos adiante, onde acharmos lugar disposto para isso (ZURARA, 1973: 146).*

Certamente os portugueses sabiam que, em sentido estrito, tratava-se de um só continente. Tanto é assim que pensavam que a Costa da Guiné encurvaria até chegar ao Egito e à Arábia (SILVA, 2002: 150-151), e tomaram o Rio Senegal como um braço do Nilo (ZURARA, 1973: cap. 60-62).

Mas deveria haver alguns elementos que “afastavam” as terras dos mouros da dos negros. Um deles, segundo Zurara, eram os seus próprios moradores. Para cada terra

(*lugar, pátria*), um povo (*raça*). Vemos surgir aqui uma representação dos negros de forma homogênea - os guinéus, habitantes da Guiné –, contrapostos a outro todo homogêneo – os mouros, habitantes do norte africano. E também suas próprias terras seriam todos homogêneos.

Mas antes de falarmos especificamente dos habitantes, atenhamo-nos um pouco mais na descrição que Zurara faz de suas terras:

*E correram tanto avante que passaram aquela terra [a dos Mouros] e viram outra [a dos Negros] mui desassemelhada daquesta primeira, porque esta era areosa e maninha, desacompanhada de arvores, como cousa em que faleciam as aguas, e a outra viram acompanhada de muitas palmeiras e outras arvores verdes e formosas, e assim todolos campos da terra (ZURARA, 1973: 142).*

Observamos assim que há uma nítida oposição entre as terras: enquanto a “dos Mouros” é composta por uma paisagem onde reina a secura e onde, portanto, faltam água e árvores, a “terra dos Negros” é abundante em águas e, conseqüentemente, em flora. Não foi à toa que Zurara qualificou a Guiné como “terra verde” (1973: 256). Sintomático é também o fato de que o marco visual que separava uma terra da outra eram duas *palmeiras* (1973: 255), assinaladas inclusive em cartas náuticas<sup>4</sup>. E *verde* foi o nome que deu Dinis Dias ao cabo onde filhou dois guinéus (1973: 147).

Com respeito especificamente à “terra dos Mouros”, Zurara lança mão principalmente do testemunho – ou da “memória declarativa”, no dizer de Paul Ricoeur – de João Fernandes, escudeiro do Infante D. Henrique que passara sete meses vivendo entre os mouros da região do Rio do Ouro (1973: 325). João Fernandes, enquanto viveu com aqueles azenegues, partilhou de sua cultura, “vestido de alquicé, deserto adentro, a erguer tendas, a beber água salobra e leite de camela e a comer sementes, lagartos e gafanhotos torrados ao sol” (SILVA, 2002: 229). E que diz João Fernandes sobre a “terra dos Mouros”?

*E disse que esta terra é toda areosa sem alguma herva, sómente pelas varzes ou baixios que tem alguma herva, de que os gados hão seu fraco governo; tem porem outeiros e serras, todos de areia. (...) nem há em ela arvores senão pequenas, assim como figueiras do inferno ou espinheiros, e em alguns*

---

<sup>4</sup> Na Carta Náutica, de Soligo, de cerca de 1465 e na 2ª Carta de Gracioso Benincasa, de 1468, ambas hoje no Museu Britânico e reproduzidas por José de Bragança na sua edição de 1973 da *Crônica de Guiné*, nas páginas CI e CV, respectivamente.

*lugares há aí palmeiras. E todas as águas são de poços, sem nenhuns rios correntes, senão em mui poucos lugares. (ZURARA, 1973: 325-326).*

Zurara conclama seus leitores a se apiedarem de João Fernandes, que tendo deixado a “doçura dos vales de Espanha” onde havia em fartura “pão, vinho e carne e outras cousas artificiosamente compostas”, partiu de boa vontade para uma “terra quente e areosa, sem nenhuma deleitação” (ZURARA, 1973: 158).

E a “deleitação” que faltava à “terra dos Mouros” sobrava na Guiné:

*Disseram depois alguns daqueles que ali eram, que bem mostrava o cheiro que vinha da terra a bondade do seu fruto, que tão delicioso era, que ali onde chegava, estando eles no mar, lhes parecia que estavam em algum gracioso pomar, ordenado a fim de sua deleitação (ZURARA, 1973: 255).*

O contraste entre as terras pode ser feito ainda no tocante às águas da Guiné. Enquanto na “terra dos Mouros” a água era escassa e salobra, na “terra dos Negros” era exatamente o oposto. Mesmo estando ainda no mar – mais uma vez descrito como bravo -, ao se depararem com as águas barrentas do Rio Senegal, que não se misturavam com as águas marinhas, os marujos lançaram um balde e provaram da água “como cousa em que não havia mingua para ser tão boa como cumpria” (1973: 256). Em outras palavras: a qualidade superior das águas da Guiné impedia que fossem afetadas mesmo pelo sal do mar, coisa que, para os portugueses, era uma “maravilha”.

Observamos aqui o uso da tópica *locus amoenus*, comum em qualquer descrição da natureza até o século XVI, segundo Ernst Curtius. “Seu mínimo de apresentação consiste numa árvore (ou várias), numa campina e numa fonte ou regato. Admitem-se, a título de variante, o canto dos pássaros e flores, quando muito, o sopro do vento” (CURTIUS, 1957: 202). A presença das boas águas e da mata fazem da Guiné, portanto, um *locus amoenus*, em contraste com a “terra dos Mouros”, que não poderia ser senão um *locus horrendus* por lhe faltar esses mesmos elementos.

## **Mouros e Negros**

Zurara dedica o capítulo 25 da *Crônica de Guiné* a discorrer sobre a piedade que a chegada dos primeiros escravos a Portugal deveria despertar em quem visse aquela cena. Já arrancados de suas terras, aqueles cativos, sem saber o que seria feito deles, tiveram de suportar ainda as separações de pais e filhos, maridos e esposas. E naquela primeira partilha de escravos feita em terras lusitanas, a heterogeneidade dos prisioneiros era evidente:

*os quaes, postos juntamente naquele campo, era uma maravilhosa cousa de ver, que entre eles havia alguns de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como etiopes, tão desafeiçoados assim nas caras como nos corpos, que quase parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens do hemisfério mais baixo (ZURARA, 1973: 122).*

No capítulo 96 de sua crônica, Zurara nos informa que, no período de tempo compreendido pela sua narrativa (1434-1448), um total de 927 africanos foram escravizados. A leitura da *Crônica de Guiné* nos mostra que eram, em sua grande maioria, mouros. Mais especificamente azenegues, segundo Alberto da Costa e Silva (2002: 851). E é este africanista quem nos ajuda a entender a “razoada brancura” dos azenegues que maravilhou a Zurara. Assim como os europeus, os azenegues do Saara tinham “o mesmo cabelo liso e longo, o mesmo nariz comprido, os mesmos lábios estreitos”, embora sua pele não fosse tão “desbotada” (SILVA, 2002: 149).

A presença de escravos “menos brancos”, ou “pardos”, evidencia a mestiçagem que havia entre os mouros azenegues e os “negros da Guiné” propriamente ditos, notadamente com aqueles guinéus que eram raptados como escravos pelos azenegues. E vale lembrar ainda que o termo genérico “negros” utilizado por Zurara abarca diversas etnias que viviam na região da Senegâmbia quando da chegada dos portugueses: mandingas, niomincas ou sereres, bagas, jalofos, dentre outros (SILVA: 152-153, 159).

Reconhece o cronista que são “todos filhos de Adão, compostos de uns mesmos elementos e que todos recebemos alma como criaturas razoaveis” (ZURARA, 1973: 161). Assim, de pronto percebemos que, *potencialmente*, cristãos europeus, mouros azenegues e negros da Guiné são naturalmente iguais porque têm uma origem comum. O que os diferenciaria, então? Prossegue o cronista:

*Bem é que os instrumentos em alguns corpos não são tão dispostos para seguir as virtudes, como são outros, a que Deus por graça outorgou tal poderio, e carecendo dos primeiros principios de que prendem os outros mais altos, fazem vida pouco menos de bestas; (...) são os que vivem nos ermos, afastados de toda conversação, os quaes, porque não hão perfeitamente o uso da razão, vivem assim como bestas, semelhantes a estes que depois do departamento das linguagens, que por vontade de nosso Senhor Deus se fez em a torre de Babilonia, espargendo-se pelo mundo, ficaram ali, sem acrescentarem alguma parte de sabedoria em seu primeiro uso, mas todavia hão seus padecimentos, como as outras criaturas razoaveis, assim como amor e ódio, e esperança e temor (...). (ZURARA, 1973: 162, grifos nossos).*

A origem comum – descendência de Adão e Eva – de cristãos, mouros e negros da Guiné teria sido minimizada após o incidente mitológico da Torre de Babel. Tendo como ancestrais aqueles que se apartaram de Deus e da civilização, mouros e negros viveriam num estado de selvageria, ou bestialidade, o que, por si só, justificaria a sua escravização para servir aos interesses dos cristãos.

Aqui se evidencia, conforme Saunders (1994: 66-67), a doutrina tomista, bebida de Aristóteles, segundo a qual o pecado poderia conduzir o homem racional ao “estado servil das bestas”. E, ainda, a leitura de Egidio de Colonna, para quem o que distingue os homens dos animais é a alimentação, o vestuário, a fala, seus meios de defesa e, principalmente, a vida sob as regras de um governo – o que faltaria a mouros e negros, segundo Zurara. E é justamente aí que entraria o cristianismo e seu papel civilizador, conforme nos relata o cronista ao descrever o que sucedeu aos primeiros negros cativos quando levados a Portugal:

*E assim que onde antes viviam em perdição das almas e dos corpos, vinham de todo receber o contrario: das almas, enquanto eram pagãos, sem claridade e sem lume de santa Fé; e dos corpos, por viverem assim como bestas, sem alguma ordenança de criaturas razoaveis, que eles não sabiam que era pão nem vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa; e o que peor era, a grande ignorância que em eles havia, pela qual não haviam algum conhecimento de bem, somente viver em uma ociosidade bestial.*

*E logo que começavam de vir a esta terra e lhes davam os mantimentos artificiaes e as coberturas para os corpos, começavam de lhe crescer os ventres, e por tempo eram enfermos, até que se reformavam com a natureza da terra, onde alguns deles eram assim compreicionados que o não podiam suportar e morriam, empero Cristãos (ZURARA, 1973: 126).*

Zurara afirma ter conhecido muitos daqueles que se converteram, e eles se mostraram “tão bons e tão verdadeiros Cristãos como se descendessem de começo da lei de Cristo, por geração, daqueles que primeiro foram bautizados” (1973: 124). Houve até um guinéu que, a mando do Infante D. Henrique, foi alfabetizado e educado nas doutrinas da Igreja, ao ponto de conhecê-las mais perfeitamente que muitos cristãos velhos de Portugal (ZURARA, 1973: 258). Assim, a redenção de mouros e negros de seu estado bestial era possível – bem como a salvação de suas almas. O meio mais adequado para isso seria a escravização de tais povos e seu transporte para o reino cristão de Portugal.

Estas eram, em geral, as semelhanças entre mouros e negros. Vimos mais acima que suas terras eram representadas de formas muito diferentes. E seus habitantes? Que

diferenças substanciais haveria entre eles, segundo Zurara? Como preenche o cronista os lugares-comuns referentes aos atributos pessoais específicos para mouros e negros?

No que diz respeito aos mouros, encontramos frequentemente as seguintes qualificações<sup>5</sup>: vivem em “enganoso erro” por seguirem Maomé (2, 65); são “inimigos da fé” (7); bestiais (10, 13, 45, 65); inferiores militarmente aos portugueses (10, 44); gente sem lei nem senhorio (44); fujões (13, 23, 65, 90); facilmente capturáveis (13, 17, 19, 22, 35, 36, 88, 90); fingidos (13, 29, 89); bárbaros (13); astuciosos (13, 55); em desespero, abandonam até mesmo os parentes (19); mentirosos (20); falsos, dissimulados e enganadores (27, 35, 55, 93); pouco menos que selvagens (32); os homens são “sem acordo e minguados de esforço” (33); as mulheres possuem grande desejo sexual, e são enganosas ou de natureza maliciosa (35); “perros” (35); não dignos de confiança (39); “gente despercebida, pouco cuidadosos” (42); arditos (45); velhacos (45); bravos (45); quando conseguem matar cristãos, têm perdas e danos muito maiores (48); talvez canibais, o que não é de se duvidar (48); escarnecedores (56); néscios (56); medrosos (65); sem lei nem rei (77); menos poderosos que os negros da Guiné, a quem capturam apenas por furto (77).

Já para os negros da Guiné, os lugares-comuns são os seguintes: passíveis de escravização devido à maldição de Noé (16); atrevidos (31, 86); desejosos de peleja (44, 86); ásperos (44); fortes, valentes, poderosos como um touro, de tal maneira que nem dois homens conseguem imobilizar um guinéu, que possui ainda ligeirice avantajada e que fere mais do que é ferido (60, 71, 72, 75, 86); militarmente superiores aos portugueses (63, 72, 86); defensores tão valentes de sua terra que intimidam os portugueses (60, 71, 72, 87, 88); mulheres “perfiosas”, que se recusam a se entregar, e com força superior à de um homem português (72, 87); na maior parte das vezes não fogem dos portugueses, pelo contrário, tomam a iniciativa de atacar (75); capturáveis em pequeno número, e com muito custo, devido à sua ligeirice para nadar e correr (75); bestiais (76); fingidos (95).

As investidas dos portugueses contra seus inimigos, conforme narradas pela *Crônica de Guiné*, eram geralmente antecedidas por uma espécie de grito de guerra, como podemos observar nesta passagem: “e todos em alta voz chamando: ‘S. Jorge! Santiago! Portugal!’ saltaram entre eles, como homens que temiam pouco a braveza de

---

<sup>5</sup> Os números entre parênteses referem-se aos capítulos da *Crônica* de onde as expressões foram tiradas.

seus contrários” (ZURARA, 1973: 202). Tal “apelido acostumado” é repetido ao longo da *Crônica* para descrever os ataques dos “Cristãos” – como os portugueses são nomeados – especialmente sobre os mouros. São Jorge, tido como um santo guerreiro durante a Idade Média, era visto como um “peculiar protetor na tentativa de reconquistar os Lugares Santos”, além de modelo para a cavalaria e as diversas ordens militares (AUGRAS, 2005: 118-119). São Tiago, por sua vez, era considerado “protector nacional das Espanhas” (BUSTAMANTE, 1993: 604). As “Espanhas” neste caso referem-se a toda a Península Ibérica, englobando Portugal, como fica claro quando Zurara refere-se a Lisboa como uma das cidades mais nobres das Espanhas (ZURARA, 1973: 145). A marcação da diferença é explícita: os portugueses definiam-se diante de seus “contrários”, ou inimigos, não apenas como cristãos, mas também como homens de Portugal. Assim, a identidade cristã e portuguesa é declarada no momento dos combates. Ao cristão opõe-se o infiel ou gentio. Às terras dos mouros e dos negros, Portugal.

### **Considerações Finais**

Pudemos perceber que a *Crônica de Guiné* descreve a “terra dos Mouros” de forma diferente de como descreve a “terra dos Negros”. E a distinção se dá em termos qualitativamente hierarquizáveis. Enquanto a primeira é caracterizada pela secura, pelas areias infundas, pela água escassa e salobra e pela vegetação rala, a segunda nos é apresentada como exuberantemente verde, com muitas águas de excelente qualidade. A Guiné é subjetivamente caracterizada como um lugar de “bondade”, “delícias”, “graça”, “deleitação” e “maravilha”, coisas que faltariam à “terra dos Mouros”. Tais foram os argumentos utilizados por Zurara na demonstração dos *atributos dos fatos* segundo as *circunstâncias de lugar*.

Com respeito à demonstração argumentativa com base nos *atributos pessoais* de mouros e negros, pensamos que há aí também uma clara hierarquização. Embora tanto mouros quanto negros tenham sido descritos como “bestiais”, tal adjetivo foi repetido mais vezes para os primeiros. E ainda que os negros estivessem sob uma suposta maldição bíblica, o que explicaria e justificaria sua servidão, não só eles como também os mouros eram, sob a perspectiva lusitana, passíveis de escravização, com vistas a se converterem ao cristianismo, civilizarem-se e salvarem suas almas. Enquanto os mouros

são pintados como militarmente inferiores, medrosos e fugitivos, os negros, por sua vez, aparecem como superiores em armas aos próprios portugueses e fortes e valentes ao ponto de intimidá-los, colocá-los em fuga e até mesmo matá-los. As mouras, segundo Zurara, só sabem fugir, muitas vezes abandonando seus filhos, e são sexualmente descontroladas; as negras, por seu turno, lutam, são fisicamente fortes e resistem como podem aos ataques portugueses. Por fim, adjetivos extremamente negativos abundam em relação aos mouros, enquanto aparecem ocasionalmente em relação aos negros. Os mouros quase não são elogiados. Os negros quase são admirados.

Os feitos narrados na *Crônica de Guiné* tinham como protagonistas os cristãos portugueses, a mando ou sob concessão do Infante D. Henrique. Mas através dos *feitos acessórios* de mouros e negros em contato com os lusitanos, pudemos observar como os africanos foram representados por Zurara. Ainda que o cronista estivesse, por assim dizer, seguindo uma receita retórica para a construção dos “mouros” e “negros da Guiné”, a sua engenhosidade estaria justamente em atualizar em tais tipos as tópicas da *natureza das personagens* prescritas pela retórica latina em benefício da memória oficial de Avis e mesmo no reforço de uma identidade "cristã" e "portuguesa".

## Referências Bibliográficas

- AMBROSIO, Renato. *De rationibus exordienti*: função e elaboração dos exórdios de Cornélio Nepos e Salústio Crispo. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2005.
- AUGRAS, Monique. *Todos os santos são bem-vindos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
- BRAGANÇA, José de. Introdução. In: ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica de Guiné*. Segundo os ms. de Paris. Modernizada. Introdução, notas, novas considerações e glossário de José de Bragança. Barcelos: Livraria Civilização, 1973.
- BUSTAMANTE, J. M. Díaz de. Santiago de Compostela. In: IN: LANCIANI, Giulian & TAVANI, Giusepe (org. e coord.) *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa*. Tradução de José Colaço Barreiros e Arthur Guerra. Lisboa: Ed. Caminho S.A., 1993. Páginas 604-605.
- [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Tradução e Introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
- CICERÓN. *La invención retórica*. Introducción, traducción y notas de Salvador Nuñez. Madrid: Editorial Gredos, 1997.
- COSER, Miriam Cabral. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais. In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*. V. 10, n. 18, jul-dez 2007, p. 703-727.
- CURTIUS, Ernst. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Trad. de Teodoro Cabral. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional do Livro, 1957.

- FARIA, Ana Paula C. & SEABRA, Adriana. Introdução. In: [CÍCERO] *Retórica a Herênio*. Tradução e Introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005. Páginas 11-34.
- FERNANDES, R. M. Breve introdução aos estudos retóricos em Portugal. In: LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes. 4ª ed. Lisboa: Fundação Lacouste Gulbenkian, 1972.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.
- GOMES, R. Costa. Zurara. In: LANCIANI, Giulian & TAVANI, Giusepe (org. e coord.) *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa*. Tradução de José Colaço Barreiros e Arthur Guerra. Lisboa: Ed. Caminho S.A., 1993, páginas 687-690.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- KRUS, L. Crônica de Portugal de 1419. In: LANCIANI, Giulian & TAVANI, Giusepe (org. e coord.) *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa*. Trad. de José Colaço Barreiros e Arthur Guerra. Lisboa: Ed. Caminho S.A., 1993. Páginas 185-186.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. de Bernardo Leitão [et al]. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. de Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*. São Paulo, dez. 1993, páginas 7-28.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- SARAIVA, Antônio José & LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 13ª ed., corrigida e actualizada. Porto: Porto Editora, 1985.
- SAUNDERS, A. C. de C. M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- SOUSA, Armindo de. 1325-1480. In: MATTOS, José. (dir). *História de Portugal*. Segundo volume: A Monarquia Feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1997. Páginas 263-466.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica de Guiné*. Segundo os ms. de Paris. Modernizada. Introdução, notas, novas considerações e glossário de José de Bragança. Barcelos: Livraria Civilização, 1973.